



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

ATO DECISÓRIO

Processo Administrativo nº 398/2025

Interessado: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE RETIROLÂNDIA/BA
CNPJ nº 13.844.170/0001-02

Assunto: Reconhecimento de Imunidade Tributária e Concessão de Isenção do IPTU ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RETIROLÂNDIA, ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições legais e, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal e nos termos da Legislação Tributária Municipal Vigente (Lei Complementar nº 13, de 21 de dezembro de 2018):

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.844.170/0001-02, protocolado sob o Processo Administrativo nº 398/2025, por meio do qual solicita o reconhecimento da imunidade tributária e/ou a isenção do IPTU incidente sobre o imóvel de sua propriedade (matrícula nº 00848 e nº 003013);

CONSIDERANDO o disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, que estabelece imunidade tributária aos sindicatos de trabalhadores em relação ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados às suas finalidades essenciais;

CONSIDERANDO o art. 14 do Código Tributário Nacional, que condiciona a imunidade ao cumprimento de determinados requisitos legais, entre eles a inexistência de distribuição de lucros, a aplicação integral de recursos em suas atividades institucionais e a escrituração contábil regular;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico do presente procedimento administrativo (nº 398/2025), exarado pela Procuradoria Jurídica do Município, que conclui pelo cabimento do reconhecimento da imunidade tributária ao sindicato requerente, bem como, pela viabilidade da concessão de isenção tributária por ato do Poder Executivo, conforme autorização legal;

RESOLVE:

1. Reconhecer a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, em favor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Retirolândia/BA, relativamente ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel de sua propriedade, matrículas nº 00848 e nº 003013, enquanto comprovadamente utilizado nas finalidades essenciais da entidade.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
GABINETE DO PREFEITO

2. O reconhecimento da imunidade ora concedida ficará condicionado à manutenção dos requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, devendo a entidade apresentar, anualmente, até 31 de março, os seguintes documentos:

- I – Declaração de que não distribui lucros ou dividendos a qualquer título;
- II – Comprovação de aplicação de seus recursos nas atividades institucionais;
- III – Declaração de que o imóvel continua sendo utilizado nas finalidades essenciais do sindicato.


3. Na eventualidade de a entidade deixar de cumprir os requisitos legais ou utilizar o imóvel para atividades não essenciais, ficará revogado de pleno direito o presente reconhecimento de imunidade, com a retomada da exigibilidade tributária conforme a legislação vigente.

4. Fica concedida **isenção** do IPTU ao referido imóvel, nos termos da legislação municipal e do interesse público, enquanto persistir o uso do bem para atividades assistenciais, representativas ou educacionais voltadas aos trabalhadores rurais, mediante apresentação anual de documentos comprobatórios.

5. Cientifique-se a entidade quanto à presente decisão.

Publique-se, se necessário. Cumpra-se.

Gabinete do(a) Prefeito(a) Municipal de Retirolândia/BA, em 30 de junho de 2025.


JOSÉ EGNILDO DOS SANTOS

Prefeito(a) Municipal

GOVERNO A SERVIÇO DO POVO